MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i24.16748

Religião, Raça e Nacionalismo em Mianmar: o Caso das Mulheres Rohingya

Religion, Race and Nationalism in Myanmar: the Case of the Rohingya Women

Religión, Raza y Nacionalismo en Myanmar: el Caso de las Mujeres Rohingya

Yula Munhoz Francisco
Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, Brasil
E-mail: yula.francisco.yf@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9549-7851

Bibiana Poche Florio
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
E-mail: bibianaflorio@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8491-7155

Resumo: Migrantes mianmarenses em busca de refúgio têm crescido numericamente desde o aumento da pressão governamental violenta em 2021. Contudo, antes disso, o grupo minoritário étnico-racial *Rohingya* já era considerado perseguido enquanto população civil. Esse grupo étnico-racial foi historicamente marginalizado por serem muçulmanos – em um país majoritariamente budista. As mulheres *Rohingya* se tornaram refugiadas e são reiteradamente subjugadas, tanto pela sua condição enquanto minoria étnico-racial quanto por seu gênero. O objetivo geral deste trabalho é descrever sobre o processo político-religioso de Mianmar para a atual situação das mulheres Rohingya. O problema desta pesquisa é: sob a lógica da teoria construtivista das Relações Internacionais, como as vidas das mulheres *Rohingya* em Mianmar foram afetadas pelo

nacionalismo budista e o racismo no país? A metodologia se baseia em estudo de caso, a partir de revisão bibliográfica. As conclusões apontam que mulheres refugiadas *Rohingya* sofrem violências e são vítimas de diversos abusos por sua condição tanto em território nacional quanto em Bangladesh – país fronteiriço à Mianmar.

Palavras-chave: mulheres Rohingya; nacionalismo budista; Mianmar

Abstract: Myanmarian migrants seeking refuge have grown in number since violent government pressure increased in 2021. However, prior to that, the *Rohingya* racial ethnic minority group was already considered persecuted as a civilian population. This racial ethnic group has historically been marginalized for being Muslim – in a largely Buddhist country. *Rohingya* women have become refugees and are repeatedly subjugated, both because of their status as an ethnic-racial minority and because of their gender. The main objective of this work is to discuss Myanmar's religious political process for the current situation of *Rohingya* women. The problem of this research is: considering constructivist theory of International Relations, how were the lives of *Rohingya* women in Myanmar affected by Buddhist nationalism and racism in the country? The methodology is based on a case study and bibliographic review. The conclusions indicate that *Rohingya* refugee women suffer violence and are victims of various abuses due to their condition: within the national territory and in Bangladesh - a border country.

Keywords: *Rohingya* women; Buddhist nationalism; Myanmar

Resumen: Los migrantes de Myanmar en busca de refugio han crecido numéricamente desde el aumento de la presión gubernamental violenta en 2021. Sin embargo, antes de eso, el grupo minoritario étnico-racial *Rohingya* ya se consideraba perseguido como población civil. Este grupo étnico-racial fue históricamente marginado por ser musulmanes, en un país mayoritariamente budista. Las mujeres *Rohingya* se han convertido en refugiadas y están repetidamente sometidas, tanto por su condición como minoría étnico-racial como por su género. El objetivo general de este trabajo es describir sobre el proceso político-religioso de Myanmar para la situación actual de las mujeres Rohingya. El problema de esta investigación es: bajo la lógica de la teoría constructivista de las Relaciones Internacionales, ¿cómo se vieron afectadas las vidas de las mujeres *Rohingya* en Myanmar por el nacionalismo budista y el racismo en el país? La metodología se basa en un estudio de caso, a partir de una revisión bibliográfica. Las conclusiones indican que las mujeres refugiadas *Rohingya* sufren violencia y son víctimas de diversos abusos por su condición tanto en territorio nacional como en Bangladesh, país fronterizo con Myanmar.

Palabras clave: Mujeres Rohingya; Nacionalismo budista; Myanmar

Recebido em: 31-01-2023

Aceito em: 16-11-2023

INTRODUÇÃO

No início de fevereiro de 2021, um vídeo de uma professora de ginástica em Mianmar viralizou: enquanto fazia os movimentos da aula, com uma música agitada tocando, tanques blindados passavam ao fundo rumo a mais um golpe militar no país. A internet não perdeu a chance de fazer o que melhor representa a expressão da cultura atual: *memes* (BBC NEWS, 2021).

Contudo, pouco se sabe além disso quando se comenta sobre Mianmar[1] , sobretudo no Ocidente, onde pouco se comenta sobre nacionalismo budista. Historicamente, aquele é considerado um país com maioria budista, sendo que sua independência foi estabelecida em 1948. Existem minorias no país, entre elas os muçulmanos *Rohingya* que se concentram sobretudo no estado de Rakhine, a oeste, fazendo fronteira com Bangladesh. Por desavenças históricas, a minoria muçulmana tem sido perseguida por décadas, sendo que atualmente existe uma população muçulmana *Rohingya* vivendo em campos de refugiados em Bangladesh. Além disso, as mulheres *Rohingya* sofrem discriminação étnico-racial, intolerância religiosa e violência de gênero.

A metodologia empregada envolve uma revisão bibliográfica aprofundada, com foco no estudo de caso do povo *Rohingya* em Mianmar, com especial ênfase nas mulheres pertencentes a esse grupo. Esta pesquisa predominantemente empregou a revisão bibliográfica especializada em língua inglesa como o principal método de coleta de dados. Seu propósito subjacente é enriquecer o debate acadêmico no Brasil, em língua portuguesa, em relação a Mianmar. O estudo de caso adota uma abordagem majoritariamente descritiva e se concentra nas dinâmicas contemporâneas em Mianmar, com um foco específico na interação entre gênero, raça, religião e nacionalismos, destacando as experiências das mulheres *Rohingya*.

Este trabalho foi inspirado pela provocação de Silva (2021), que bradou sobre o silêncio seletivo nas Relações Internacionais em relação às questões de raça. Além disso, o texto de Priddy (2022) também foi uma influência significativa no estímulo à escrita desse texto, ao fornecer uma exposição objetiva dos processos de violência baseada em gênero enfrentados pelas mulheres *Rohingya* em sua jornada de Mianmar até os campos de refugiados em Bangladesh.

Nossa análise parte do uso da teoria social-construtivista clássica de Relações Internacionais conjuntamente às perspectivas feministas da área. A partir do Construtivismo Social,

1 Uma personalidade birmanesa de destaque para o Ocidente foi o terceiro secretário-geral da Organização das Nações Unidas, U Thant (1962-1971).

com Onuf (1989) e Wendt (1992), assume-se que as **identidades e interesses** de um Estado ou grupo social não podem ser conhecidos exogenamente, mas sim deve-se considerar seus processos históricos. Ou seja, existem normas, "construções internas", que são elaboradas pelos grupos e devem ser apreendidas por seus integrantes. Assim, os interesses dos atores, com identidades relacionais construídas ao longo do tempo, importam na dinâmica internacional. Assim, quando há o embate de identidades, frequentemente, acontecem conflitos e/ou acertos que devem ser revistos entre determinados coletivos humanos.

Por sua vez a perspectiva feminista, baseada em Laura Sjoberg e J. Ann Tickner (2013), elabora com maior atenção casos que se baseiam na **identidade de gênero**, normas de gênero, instituições, estruturas, violência, o papel da agência e interseccionalidade, por exemplo. Neste trabalho iremos nos limitar ao papel da identidade de gênero – ou seja como pessoas que se identificam com o gênero feminino, se considerando enquanto mulheres, são tratadas por conta de sua condição (KAUFMAN; WILLIAMS, 2010) e às estruturas **interseccionais** que afetam as identidades (WELDON, 2006).

A partir dessa base teórica, criou-se categorias de análise para compreender o que levou à situação que as mulheres *Rohingya* se encontram atualmente, sendo elas: 1) identidade do povo *Rohingya*; 2) violência baseada em interesses nacionalistas; 3) identidade de gênero (mulheres) e; 4) interseccionalidade.

Considerando isto, a partir da teoria construtivista das Relações Internacionais, questiona-se nesse trabalho como as vidas das mulheres *Rohingya* em Mianmar foram afetadas pela perseguição étnico-racial no país? Como objetivo geral procura-se descrever sobre o processo político de Mianmar que contribui para a atual situação das mulheres migrantes Rohingya. Os objetivos específicos são: 1) discutir o histórico político e religioso de Mianmar; 2) explicar sobre o budismo nacionalista e seus desdobramentos para a população *Rohingya* e; 3) apresentar as consequências para as vidas das mulheres *Rohingya* desse processo político.

Na primeira parte desse trabalho, a seguir, explora-se a contextualização histórica para a construção da **identidade do povo *Rohingya*** em Mianmar – na elaboração da primeira categoria referida de análise. Para a segunda categoria de análise, **violência baseada em interesses nacionalistas**, elabora-se na segunda parte do artigo a construção dos interesses budistas nacionalistas para a violência direcionada aos *Rohingyas*. Na terceira e última parte do artigo, debatemos sobre as mulheres *Rohingyas*, a partir das categorias de análise **identidade de gênero (mulheres) e interseccionalidade** – essa categoria também presente na segunda parte do texto.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Mianmar, conhecido também por Birmânia[2] , se situa no sudeste asiático e possui uma localização estratégica, fazendo fronteira com Bangladesh, Laos, China, Tailândia e Índia (GUERREIRO, 2012), como pode ser visto abaixo na Figura 1. Além disso, está localizado na entrada do Estreito de Malaca, uma saída de fundamental importância para as rotas econômicas da China, Coreia do Sul e Japão. Possui uma população de aproximadamente 55 milhões de pessoas, e tem destaque na produção e exportação de arroz, além da extração de ouro e prata (SOARES, 2018; DATA PORTAL ONU, 2023). O país é formado por diversos povos, que migraram e se instalaram naquele território por volta de 3000 a.C. Isso resultou na grande diversidade étnico-racial desde a Antiguidade. Oficialmente, o país possui 135 grupos étnicos reconhecidos, motivo pelo qual há diversos conflitos, pois cada um defende a sua chegada como primária e, portanto, seu direito sobre o território. (CARVALHO, 2016).

Figura 1 - Visão Geral de Mianmar



Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020.

2 Até 1989, usava-se o nome Birmânia para se referir ao país, mas a junta militar alterou oficialmente o nome do país de Birmânia para Mianmar – ambos nomes possuem o mesmo significado. Desse modo, usa-se o nome Mianmar e Birmânia, para se referir ao país. Alguns países utilizam Birmânia, enquanto a ONU reconhece como Mianmar. (RELAÇÕES EXTERIORES, 2022)

A composição étnico-racial do país é dividida entre os birmaneses, que somam 68% da população; *9% Shan*; *7% Karen*; *4% Rakhine*; *2% Môn; 1,5% Kachin*, entre outros. A maioria birmanesa conseguiu estruturar o país à sua maneira, influenciando os outros grupos. Diante disso, a religião mais disseminada é o Budismo Theravada[3], o qual é seguido por 89% da população, principalmente a maioria birmanesa. Existem outras religiões, como a presença dos muçulmanos, que compõem 4% da população, além dos cristãos, hinduístas e outros. Contudo, as minorias sofrem intolerância no país e precisam lutar por autonomia diante de um governo que representa a etnia birmanesa (NOBRE, 2017).

A **identidade do povo *Rohingya***, em especial, é contestada, sendo um grupo de maioria muçulmana que não é considerado parte de uma etnia oficialmente aceita em Mianmar (SOARES, 2018). São considerados o resultado de uma mistura de grupos étnicos-raciais, entre eles os árabes, mongóis e bengalis. Os *Rohingyas* se encontram em sua maioria no estado de Rakhine (antiga Arakan), compondo 35,6% da população local (ALAM, 2013). O estado de Rakhine está localizado na costa oeste de Mianmar, sendo uma das regiões mais pobres do país (SOARES, 2018), como pode ser visto na Figura 2.

Diante dessa desavença sobre a origem desse povo, os *Rohingya* sofrem discriminação dentro do país. As formas de violência são diversas, como a destruição de vilarejos, assassinatos, desaparecimentos, tortura e outras formas de violência, inclusive a sexual (OHCOHR, 2017). Os muçulmanos são a parte da população mais vulnerável e perseguida em Mianmar (SINGH, 2014). A exclusão dos *Rohingyas* como parte de uma etnia oficialmente reconhecida em Mianmar faz com que haja diversas opressões, tais como: substituição de muçulmanos por budistas em locais de trabalho; fechamento de escolas e instituições islâmicas e; incitação da maioria budista a atacar e matar os muçulmanos, acusando-os de serem terroristas (JACQUES, 2005).

A seguir, será exposto a origem dos *Rohingya* em Mianmar, mesmo diante da falta de consenso sobre sua origem. Além disso, é necessário debater sobre quando o Islamismo chegou no país, para entender se a acusação por parte do governo em relação aos *Rohingya* serem estrangeiros seria verídica.

3 Budismo Theravada: Theravada é a mais antiga das tradições budistas ativas na atualidade. Seus ensinamentos são baseados no cânone de pãli, conhecido como o registro mais antigo e mais fiel ao que Buda de fato ensinou aos discípulos. A palavra Theravada significa "a doutrina (vada) dos anciãos (thera)". Existe também o Budismo Mahayana, o qual surgiu da necessidade de levar o budismo à população comum, com o ideal de compaixão, enquanto o Theravada tem o ideal da sabedoria. Dentro do Mahayana existem outras vertentes, como o Zen Budismo, o Tibetano, o Terra Pura, o de Nitiren Daishonin (CASA DE DHARDMA, 202?).

Figura 2 - Mapa Político de Mianmar



Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016.

A origem deste grupo se deu por meio de muçulmanos árabes que entraram em contato com a região de Mianmar primeiramente através do estado de Arakan, conhecido atualmente

como Rakhine. Há uma divergência entre as hipóteses acerca das origens desse grupo e do estado de Arakan, alguns defendem que os *Rohingyas* são imigrantes ilegais com origem em Bangladesh (SAW, 2011; AHMED, 2012). Mas, há quem defenda que eles são nativos do estado de Arakan, descendentes dos muçulmanos originais, os quais se converteram na ilha de Ramree (FORSTER, 2011).

De qualquer forma, esse contato se deu por meio do comércio, por volta do século VIII D.C., desde então, o Islã se espalhou pela região. Diante disso, ao longo do tempo o número de muçulmanos aumentou e estes passaram a se relacionar com os nativos de Mianmar. Até aquele momento o estado de Arakan não era integrado à Birmânia, mas no início do século XV os birmaneses invadiram o território e expulsaram o rei local. Em 1430 o rei de Arakan, Narameikhla, conseguiu retornar ao trono e foi nesse momento que o Islamismo ganhou mais força naquele território. Diante dessa presença significativa de muçulmanos, os reis birmaneses – mesmo que budistas – acabavam por seguir alguns preceitos islâmicos, e isso ocorreu até o século XVII. Os muçulmanos de Arakan da atualidade são descendentes diretos dos primeiros muçulmanos, de origens distintas, como árabes, mouros, persas, turcos, mongóis e bengalis, que por meio do comércio se instalaram naquela região e que ao se relacionarem com a população local, deram origem aos "*Rohingyas*" (CHOWDHURY, 1996).

Acredita-se que o termo "*Rohingya*" é derivado do árabe, que significa simpatia. Ainda dizem que o povo que estava em navios naufragados em Arakan imploravam por ajuda, dizendo em árabe, simpatia. Assim, com o tempo, o termo se solidificou como *Rohingya*. Esse povo é o resultado da junção de diferentes grupos, como foi apresentado anteriormente. Possuem mais de 1200 anos, com sua cultura própria, história, as quais são expressas em santuários, cemitérios e instituições que estão espalhadas pelo país. Mas, diante da perseguição latente contra esse povo, que foi intensificada a partir de 2017, muitas dessas representações físicas foram destruídas. Além disso, possuem um idioma próprio a partir do árabe, sânscrito, bengali e urdu. Mesmo diante de suposições sobre serem parecidos com indianos ou arakaneses, afirmam que diferem dos dois. A origem da etnia *Rohingya* é investigada antes do século VII e continuou sendo investigada depois, e mesmo assim ainda existe uma dificuldade em ter apenas uma versão de sua origem (CHOWDHURY, 1996). Quando o povo muçulmano chegou ao território, este já possuía presença budista.

O Budismo tem uma facilidade em se adaptar a cada país que chega porque em cada nação, incorpora os aspectos locais, como os cultos e seitas, não impondo um modo fixo de segui-lo. Isso foi importante para que tivesse uma maior adesão nos países – pela sua adaptabilidade. Logo após seu surgimento, que ocorreu em 528 a.C., começou a se espalhar para

a Índia Antiga e pela Ásia, com uma ajuda significativa da rota da seda, que possibilitou uma maior dispersão da religião. O rei Asoka da Índia foi um dos responsáveis por ajudar e financiar a ampliação do budismo na região. Foi responsável por criar templos, hospitais, fazendo do budismo a religião da Índia (DINIZ, 2010). Foi enviado por ele diversos missionários a outras regiões da Índia e para países vizinhos, como Síria e Egito (HUMPHREYS, 1990).

Além disso, o rei Asoka foi responsável pela disseminação do budismo em Mianmar. Através dele, o povo *Mon*, nativo de Mianmar, converteu-se ao budismo por volta de 200 a.C. (KHARISHNANDA, 1988; DINIZ, 2010). Assim, com o fim do patrocínio do rei Asoka na Índia, desenvolveram-se dois núcleos de influência budista, através do Budismo Mahayana e o Hinayana. O Mahayana partiu da Ásia central, se irradiou para a China, depois Vietnã, Coréia e Japão. Enquanto o Hinayana é o núcleo de influência que partiu do Sri-Lanka, de onde atingiu Mianmar e a Indonésia. E, a partir de Mianmar, o Budismo se espalhou pela Tailândia e Camboja nos séculos seguintes (DINIZ, 2010).

A Birmânia foi unificada no século XI, com o imperador Anawrahta, sendo que até então era uma região dividida em reinos (NASSIF, 2019). Anawrahta é considerado o pai da Birmânia, pois instituiu mudanças econômicas, religiosas e que formaram a cultura do país posteriormente. Além disso, adotou o Budismo Theravada como religião oficial, isso desencadeou na construção de milhares de templos budistas na capital, Pagan, entre os séculos XI e XIII d.C. Então, além do Budismo ter sido colocado como religião oficial no século XI, já nos anos 200 a.C. o povo *Mon* tinha sido convertido ao Budismo. Isso demonstra que a chegada do Budismo em Mianmar antecede a chegada do Islã, o qual chegou por volta do século VIII d.C, através do comércio. (DINIZ, 2010; CHOWDHURY, 1996).

Já no século XIX, Mianmar foi invadida pelos britânicos e em 1886 teve seu território anexado ao domínio britânico das Índias (CHARNEY, 2009). Esse domínio foi possível porque o território não teve mais sucessor para governar a Birmânia após as guerras anglo-birmanesas que ocorreram entre 1824 e 1885. Desse modo, os britânicos colocaram o país sob o controle da Índia Britânica. Para os britânicos, a conquista desse país significava um acesso facilitado às mercadorias asiáticas e se tornou um ponto vital na defesa da Índia. Diante disso, instauraram um Estado que beneficiaria economicamente a elite europeia, por meio da coerção para manter a ordem do país (RIBEIRO, 2012).

Além disso, houve diversas mudanças sociais, como a eliminação das elites agrárias que foram substituídas pelo empresariado britânico. Uma mudança marcante foi a laicização do Estado, deixando também as lideranças budistas em segundo plano, as quais até então tinham grande influência no Estado e o budismo era a religião oficial. Os britânicos buscavam manter

as instituições religiosas distantes das colônias. O exército local também sofreu alterações, as tropas de ocupação inglesas e indianas foram substituídas por minorias étnico-raciais e por novos imigrantes indianos (RIBEIRO, 2012).

O colonialismo na Birmânia deixou suas marcas subjetivas na população local, fazendo com que aceitassem a dominação britânica e indiana, o que os colocou em uma condição de servidão. Essa alienação foi possível também por causa do Budismo Theravada, no qual se fomenta que seus seguidores aceitem que todo sofrimento vem de uma vontade divina, de seus *karmas*, acreditando que serão recompensados um dia (BAYLY E HARPER, 2010, p. 268). Já no âmbito material, houve saqueio dos recursos naturais do país por empresas estrangeiras. Os britânicos impuseram seus valores e seu modo de produção, rejeitando o modo como se organizavam anteriormente, com o Budismo à frente. Como resultado das políticas coloniais, de violência, destruição dos valores e da organização social advinda do budismo, a Birmânia possui atualmente uma política xenofóbica (GRAVES, 1999). Isto é, desenvolveu-se uma aversão pelos valores estrangeiros, visto a violência que foram submetidos por décadas por seus colonizadores (tanto britânicos quanto indianos).

Um exemplo é a discriminação que as minorias étnicas do país sofrem, como os muçulmanos *Rohingyas*. A origem desses conflitos entre as populações locais foi na Segunda Guerra Mundial, quando o grupo dos Aliados armou os muçulmanos para combater o Japão. Com o fim da guerra, os chefes locais não conseguiram controlar a região e houveram diversos massacres. Os conflitos perduram até os dias atuais, e não acabam por duas razões principais: a primeira é o ressentimento histórico de ambos os lados e o medo do extermínio no lado das minorias e; o segundo motivo é a forte militarização das minorias, causada pela presença do exército colonial e posteriormente pela sua participação na 2ª Guerra Mundial (RIBEIRO, 2012).

No período colonial, diante de diversas mudanças impostas pelos britânicos, a partir de 1930, os birmaneses começaram a fazer movimentos sociais pela independência, com ideias nacionalistas. Em 1937, o governo britânico possibilitou que a Birmânia tivesse sua própria constituição (NASSIF, 2019). Mas, somente em 1948 conseguiu sua independência, após a assinatura de um acordo de independência firmado entre os primeiros-ministros de Mianmar e da Grã-Bretanha (SEEKINS, 2006). Esse foi um marco para o início de uma era democrática, mas diante do crescimento das armadas e juntas militares, ocorreu um golpe de Estado em 1962 (ICB, 2014).

Na Constituição de 1947, o povo *Rohingya* teve o status de cidadão garantido. Contudo, esse grupo étnico-racional perdeu essa condição legal através da lei da cidadania instaurada em 1982 (no governo militar instaurado por meio de um golpe desde 1962). Essa lei dizia que

era considerado cidadão aquele que fizesse parte de uma das 135 “raças nacionais”, reconhecidas pela constituição ou que seus ancestrais tivessem se estabelecido no país antes de 1823. Isso significou para esse povo a apatridia, já que não tinham documentos para provar tal requisito. Diante dessa lei, as autoridades cometiam diversas atrocidades contra os “sem cidadania”, forçando os *Rohingyas* a fugirem para Bangladesh nas décadas seguintes (SOARES, 2018).

Cabe discutir aqui a instauração da ditadura militar de Mianmar, a partir de 1962. No dia 2 de março daquele ano, o exército birmanês deu um golpe de Estado e deu fim ao período democrático que existia no país desde sua independência em 1948. O país foi governado pelo exército entre os anos 1962 e 1988, com uma ideologia chamada de “via birmanesa ao socialismo”. Essa ideologia foi imposta com tendência socialista e vinculada ao partido político PPSB (Partido do Programa Socialista da Birmânia). O objetivo principal era criar uma revolução socialista com fins nacionalistas, criando uma nação avançada e próspera, em que os militares seriam os modernizadores. Com o poder total do Estado, fizeram novas políticas, com mudanças na economia; eliminação da influência estrangeira na vida política, econômica e social do país; unificação dos diferentes povos da Birmânia em uma nação coesa. Essa defesa pelo socialismo está relacionada com o movimento de resistência anticolonial, desde a luta pela independência britânica (GOMÀ, 2013).

O PPSB foi criado em 1962 com Ne Win e seus aliados, defendendo um regime autoritário para conseguir dar uma economia socialista e justa para o povo, uma vez que sua organização era baseada no modelo leninista de partido revolucionário. A partir de 1963 começaram a reprimir as organizações políticas e aos poucos restringiram a liberdade de imprensa, colocando fim aos outros partidos políticos. Nas relações exteriores, prezou-se pela neutralidade e não alinhamento com os blocos, o que resultou em um isolamento (GOMÀ, 2013).

O golpe de 1962 colocou fim a constituição de 1947, mas em 1964 surgiu a necessidade de criar uma nova constituição. No ano de 1971 o PPSB começou a escrever uma nova constituição, com o status de partido do povo. Mas isso significaria a institucionalização do regime político e daria fim ao governo militar, retornando o poder civil. A nova constituição entrou em vigor em 1974, e o país passou a se chamar oficialmente República Socialista da União da Birmânia (GOMÀ, 2013). No ano de 1978, o governo de Ne Win fez uma missão chamada de “Operação Rei Dragão” que consistia em expulsar os *Rohingyas* do estado de Rakhine - os quais já eram considerados estrangeiros e deveriam “voltar para seu país”. Contudo, como mencionado anteriormente, esse povo é uma mistura de diversos povos, que não são aceitos em Mianmar, sofrendo ataques racistas e discriminatórios (tanto pela própria população local, quanto incentivado pelo Estado birmanês). Desse modo, são perseguidos e sofrem diversas

violências. Essas perseguições ocorrem por parte do exército, e nessa operação em especial tiveram ajuda dos funcionários da imigração (CUTTS, 2000; SOARES, 2018).

Em 1988, ressurgiu um movimento democrático no país com força, chamado Liga Nacional para Democracia (LDN), liderado por Aung San Suu Kyi. A partir disso, surge um conflito entre os grupos militares que estavam no poder e os defensores da democracia, com uma intensificação em 1990. De qualquer forma, a LDN venceu as eleições. Mas, mesmo assim, a junta militar não permitiu a tomada de poder imediata pelo partido democrático. Isso significou uma transição democrática de Mianmar de forma lenta e gradual, com uma efetivação apenas em 2008, com a promulgação de uma nova constituição. A partir dessa constituição, o país passou a ser chamado de República da União de Mianmar. Em 2010, o país conseguiu minimamente consolidar formalmente a democracia. Também houve uma resistência internacional, a qual dizia que houve uma manipulação na Constituição feita em 2008, que instaura uma democracia de disciplina. Foi nesse momento em que colocam a líder pacifista Aung San Suu Kyi com um posto de maior poder no país (GUERREIRO, 2012; SOARES, 2018).

Ao mencionar a líder do partido democrata, Aung San Suu Kyi, é necessário relembrar a participação do seu pai na história do país. Aung San foi o líder do grupo nacionalista pela independência e se tornou o herói da independência, mas foi assassinado pelos conservadores. Sua filha, Aung San Suu Kyi entrou para o movimento democrático e teve grande importância. Em 1988, ela liderou manifestações em busca da retomada da democracia (NASSIF, 2019). Algo marcante em sua trajetória foi o Nobel da Paz que ela ganhou em 1991, e com isso, o governo socialista perdeu força e possibilitou um caminho democrático e multipartidário para o país (GOLDMAN, 2021).

Mesmo diante dessa concretização da transição democrática no país, o grupo de muçulmanos *Rohingyas* continuaram sofrendo perseguições não somente por parte do exército, como também da população. Em 2008, inclusive houve uma restrição do tamanho dessas famílias, para que pudessem controlar a expansão dessa população: alegava-se que estavam tentando dominar o país através da superpopulação. Além disso, continuaram causando destruição na vida desse povo, como a destruição de mesquitas, fazendo campanhas para a conversão budista, alegando que se aceitassem a conversão, seriam considerados cidadãos com privilégios. No período de 2012 a 2015 essa perseguição ainda se manifestava, com destruição de aldeias, retirada ao acesso à internet para dificultar a comunicação com o mundo externo e possíveis acusações a respeito das perseguições. Em 2017, houve uma nova onda de perseguições e violências extremas (CHOWDHURY, 1996; SOARES, 2018).

Mesmo com a retomada e consolidação formal da democracia, com a líder democrática Aung San Suu Kyi como conselheira do Estado, houve uma crise que resultou na interferência do exército nacional novamente. No dia 1° de fevereiro de 2021, o exército declarou Estado de Emergência, além da prisão do presidente Win Myint e da Aung San Suu Kyi, líder do partido democrático. Aung San Suu Kyi esteve ligada a diversas acusações em seu nome, como a participação na perseguição à minoria muçulmana no país. O partido em que ela faz parte foi eleito em 2015 e reeleito em 2020, no qual o mandato se iniciaria no dia 1° de fevereiro do ano seguinte. O exército justificou sua presença por uma suspeita de fraude nas eleições de novembro de 2020, mas não há evidências (GOLDMAN, 2021).

O vice-presidente assinou uma declaração em que autoriza o general do exército a se tornar o responsável pelo administrativo, legislativo e judiciário do país. A junta militar prometeu entregar o país após novas eleições e a declaração de emergência foi de um ano. Diante disso, surgiram manifestações, no qual o povo não quer viver novamente um regime militar e pedem a soltura de Aung San Suu Kyi. Os militares respondem a isso com um bloqueio na internet e derrubada nos meios de comunicação. Já a comunidade internacional se posiciona condenando o golpe militar e pedindo a soltura dos líderes (GOLDMAN, 2021). Abaixo, construiu-se uma tabela que resume a contextualização da história realizada até aqui.

Tabela 1. Cronologia Histórica Relativa À Presença Da População Rohingya Em Mianmar

Pré-século XX	**3000 a.C.**	Diversos povos se instalam na região.
	528 a.C	Surgimento do Budismo. Em seguida, este começou a se espalhar para diversos territórios.
	200 a.C.	O povo Mon foi convertido ao Budismo, pelo rei Asoka.
	Séc. VIII	Comércio em ascensão, possibilita a expansão do islã, inclusive na região da atual Mianmar, onde já existia uma presença budista.
	Séc. XI	Unificação Birmânia, com o imperador Anawrahta.
	Séc. XI-XIII	Maior presença do Budismo, com construção de templos.
	Séc. XV	Os birmaneses invadem Arakan (atual, Rakhine) e retiram o rei local, anexando o território à Birmânia. Assim, se inicia a expansão do islamismo.
	Até séc. XVII	Reis budistas também seguiam alguns preceitos islâmicos.
	Séc. XIX	A Birmânia foi invadida pelos britânicos.
	1824-1885	Não teve mais um sucessor para governar a Birmânia: possibilidade da invasão britânica.
	1886	Teve seu território anexado ao domínio britânico das Índias.

continua

Século XX	**A partir de 1930**	Os birmaneses começam a se organizar em movimentos sociais por sua independência nacional.
	1937	Britânicos possibilitam que a Birmânia tenha sua própria Constituição.
	1948	Independência da Birmânia. O povo *Rohingya* tem sua cidadania garantida neste momento.
	1962	Golpe de Estado. Durou de 1962 até 1988 e foi considerado a "via birmanesa para o socialismo".
	1964	Surge a necessidade de uma nova Constituição – só entrando em vigor depois de 10 anos.
	1974	A nova constituição entrou em vigor.
	1978	O governo de Ne Win fez a missão "Operação Rei Dragão" que consistia em expulsar os *Rohingyas* do estado de Arakan (atual, Rakhine). Eles e elas eram considerados estrangeiros.
	1982	Lei da cidadania: desconsiderou os *Rohingyas* como cidadãos.
	1988	Ressurgiu um movimento democrático no país, com a Liga Nacional para Democracia (LDN), liderada por Aung San Suu Kyi
	1990	O movimento democrático foi intensificado e a LDN venceu os militares.
	1886	Teve seu território anexado ao domínio britânico das Índias.
Século XXI	**2008**	Concretizou-se a transição democrática, através da promulgação de uma nova constituição. Contudo, houve uma restrição do tamanho das famílias *Rohingyas*, para controlar a expansão dessa população.
	2010	Naquele momento, havia um sinal de consolidação da democracia em Mianmar.
	2012 -2015	Perseguição ao povo *Rohingya* ainda era intensa, com destruição de aldeias e remoção do acesso à internet.
	2017	Aumento da perseguição ao povo *Rohingya*
	2021	O exército declarou Estado de emergência, além da prisão do presidente Win Myint e da Aung San Suu Kyi, líder do partido democrático.

Fonte: elaborado pelas autoras.

2 BUDISMO NACIONALISTA E OS DESDOBRAMENTOS PARA O POVO ROHINGYA

O extremismo religioso é um dos principais motivadores de conflitos intra-estados, com desdobramentos internacionais, como caso de refugiados ao redor do mundo. No caso birmanês, o extremismo e a intolerância religiosa estão associados ao budismo predominante no país. Considerando isto, esta seção se propõe a discutir as consequências da intolerância religiosa e a violência direcionada à minoria muçulmana *Rohingya* – caracterizando a segunda categoria de análise **violência baseada em interesses nacionalistas**.

Cabe destacar aqui o argumento levantado por Karine Silva (2021), em seu texto intitulado "'Esse silêncio todo me atordoa': a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais". Neste texto, a autora destaca como as hierarquias raciais pautam as relações internacionais, mas ainda há uma dificuldade de se discutir sobre o sistema-mundo a partir dessas categorias. A discriminação étnico-racial que se abate sobre o povo *Rohingya* é fruto de um contexto histórico, aprofundado pelos processos coloniais perpetrados pelos britânicos. Além de terem tido suas identidades subjugadas durante o período colonial, os birmaneses sofreram uma dupla colonização. A administração colonial passou a ser feita pelos indianos, a mando dos britânicos. Assim, não se pode perder de vista que identidades étnico-raciais associadas às diferentes populações daquela região são símbolos do colonialismo e colonialidades presentes nas dinâmicas pós-independência. Assim, as categorias como raça, gênero e dinâmicas poder, necessitam ser presentes nas análises de Relações Internacionais, como sugere a autora supracitada.

Como afirma Kyrillos (2022), o conceito de interseccionalidade – outra categoria de análise – pode ser utilizado ao se rever os movimentos sociais transnacionais no campo das Relações Internacionais, quando abandonamos o olhar único para determinado eixo de poder. No caso do povo *Rohingya*, procura-se apreender os diversos aspectos a que este povo tem sofrido privações: associados à religião, à identidade étnico-racial, à xenofobia e, no caso das mulheres *Rohingya*, ao sexismo.

Como foi abordado na seção anterior, muçulmanos de Mianmar são um grupo étnico-racial que ocupam sobretudo o estado de Rakhine, na parte oeste do país. Eles e elas estão naquela região há séculos, mas historicamente foram relegados às margens do Estado birmanês.

Um dos principais pilares da perseguição aos *Rohingya* está pautado no nacionalismo budista. Foxeus (2019) se propõe a avaliar as origens e os desdobramentos para o nacionalismo budista. Um dos principais pontos levantados pelo autor é sobre a origem que se encontra no período colonial birmanês, no qual esse país foi dominado pelo Império Britânico, entre XIX e XX.

Não só em Mianmar, mas em praticamente todos os países que passaram pela subjugação colonial, houve a criação de ressentimento das populações locais, particularmente pela violência sofrida de alcance material e subjetivo (SOUTH, 2008). O caso birmanês teve a peculiaridade de ser inicialmente dominado pelos britânicos em 1824, e serem sub-colonizados pelos indianos (formando parte da "Índia Britânica"). Isto é, não apenas foram colonizados e violentados, como foram renegados a uma condição mais inferiorizada ao não serem prioridade aos seus colonizadores: houve um processo de "terceirização" do processo colonizador. Vale ressaltar que Bangladesh era parte da Índia até 1971 e tem características ligadas ao

hinduísmo e ao islamismo. Assim, por vezes, os indianos que ali fizeram papel de colonizador em Burma tinham uma bagagem multicultural, incluindo a identidade muçulmana. Destaca-se que os bengalis são um grupo étnico-cultural que se situa em Bangladesh e em parte da Índia. Assim, quando tratados pelos sermões nacionalistas budistas, os *Rohingya* tem sua identidade negada, enquanto nacionais de Mianmar, não são nomeados enquanto tais e são mencionados enquanto "*bengalis*" (ZIN, 2015; BBC News, 2017).

Existem dois movimentos budistas nacionalistas extremistas principais: o movimento extremista 969, tendo o monge U Wirathu como líder e o Ma Ba Tha. Em seus sermões, os líderes budistas impregnam o discurso de ódio, ao falarem que o Budismo do país está sob ataque e por isso deve ser defendido, inclusive com violência. Vale a recordação: os budistas são maioria no país. Existe um teor ideológico nos sermões que implica uma pureza étnica: por exemplo, ao incentivar à proibição de casamentos inter-religiosos, pois isso afetaria a grandeza do país. Além disso, há o incentivo ao boicote de negócios muçulmanos (ZIN, 2015).

A discriminação contra os muçulmanos é histórica em Mianmar: não são considerados uma etnia nacional do país, sendo uma das maiores população de apátridas do mundo, com cerca de 600 mil birmaneses *Rohingya*. (UNHCR, s.d.). Contudo, a partir de 2017, os níveis de violência contra essa população aumentaram significativamente (UNHCR, 2022). Alguns autores (ZARNI; COWLEY, 2014; ISLAM, 2019) afirmam que limpeza étnica promovida pelo governo birmanês já se configura um genocídio.

O aumento da violência gerou também uma crise migratória: milhares de pessoas *Rohingya* fugiram para o país vizinho, Bangladesh, em busca de sobrevivência. Existem campos de refugiados antigos, tais como *Kutupalong* que existe desde 1991. Os bangladeses reclamam que essa população estaria trazendo outros problemas (violência, desemprego, inflação, entre outros). Além disso, os *Rohingya* não tem autorização de adentrar o país, sendo obrigados a permanecerem nos campos, próximos à fronteira, para uma possível repatriação forçada (violando a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951) (ULLHA, 2011; MILTON *et al*., 2017). Ainda, um subgrupo dentro do povo *Rohingya* são as mulheres que juntamente com sua condição étnico-racial e social, passam por casos de violência atrelada ao sexismo.

3 AS MULHERES *ROHINGYA*

"Mate tudo o que vê" foi a frase dita aos soldados do exército de Mianmar, pelos comandantes do *Tatmadaw* – nome oficial das forças armadas do país – durante o massacre contra os *Rohingyas*, em 2017. Diante dessa ordem, os soldados causaram diversas violências contra

esse povo, como estupros, execuções, enterros em massa e destruição de aldeias. Dentre essas agressões, também retiravam à força os *hijabs* das mulheres e os usavam para vendar seus olhos enquanto eram estupradas. Inclusive, os relatos das vítimas e dos soldados que deram entrevista ao *New York Times*, serão levados em conta no julgamento no Tribunal Penal Internacional do caso do massacre ao povo *Rohingya* (BEECH, 2020).

Como abordado anteriormente, os *Rohingyas* são uma minoria muçulmana em Mianmar que sofrem perseguição há muito tempo, isso ocorre porque não são considerados cidadãos no país. Desse modo, a maioria budista do país faz discriminação étnico-racial e religiosa e os persegue – não somente a população civil, como também as Forças Armadas. Por isso, precisam se refugiar para sobreviver, e passam a viver nas fronteiras. Há um agravamento, no qual as mulheres e crianças são as que mais sofrem nessa situação porque são alvos fáceis (ALMEIDA, 2021). A partir disso, nesta seção, exploraremos as implicações da **identidade de gênero**, destacando a **interseccionalidade** que afeta as mulheres *Rohingya*.

Sob o Direito Penal Internacional, o estupro pode ser caracterizado como um crime de guerra, crime de genocídio e crime contra a humanidade. No caso do estupro de guerra, o objetivo é humilhar os violentados, expulsá-los do território pelo medo da violência, e sob a perspectiva do genocídio, tem a finalidade de exterminar os indivíduos do grupo (MARTINS, 2016). No estatuto de Roma está tipificado o estupro e outros atos de violência sexual. Além disso, é considerado um ato de imensurável brutalidade e que permanece sendo um dos crimes mais silenciados do mundo (ALMEIDA, 2021). Existiram tribunais ao longo da história para julgar esse tipo de crime e houve de fato um avanço nessa questão quando deixaram de defender que o estupro é um efeito colateral de guerra e passou a ser considerado uma arma (BUSS, 2019).

Em termos jurídicos, existem 3 tipos de vitimização: primária, secundária e terciária. O caso das mulheres e meninas refugiadas *Rohingyas* pode ser classificada nos três tipos: sofrem vitimização primária quando ocorre a violência do seu corpo e da liberdade sexual; a secundária quando o Estado não as reconhece como cidadãs – sem possuir direitos não podem denunciar as atrocidades cometidas contra elas – e; a terciária que ocorre porque as vítimas são expulsas de forma constante pela própria comunidade da qual fazem parte. As vítimas ficam com sequelas para além do ato físico, desenvolvendo tendências ao suicídio, distúrbios psicológicos e problemas em se relacionar com outras pessoas (NAHER; PARVIN; JATRA, 2020).

No âmbito normativo, existe o Tribunal Penal Internacional (TPI), responsável por julgar crimes de guerra, contra a humanidade, de genocídio e crime de agressão. No entanto, o TPI só pode investigar crimes em países signatários do Estatuto de Roma. Apesar de Mianmar não

fazer parte do acordo, Bangladesh faz (ALMEIDA, 2021). Portanto, a partir do momento que afeta diretamente um Estado Membro, o TPI possui jurisdição se o Conselho de Segurança denunciar (ALMEIDA, 2021).

Desse modo, em 2019 foi autorizada uma investigação pelos crimes cometidos contra o povo *Rohingya*, a partir de 2010 (ICC, 2021). Em paralelo a essa investigação, está sendo investigado pela Corte Internacional de Justiça, desde 2020, quando foi emitida uma ordem de proteção ao povo *Rohingya* (ONU News, 2020). Porém, o governo ainda democrático em 2017, não fez nada para evitar a situação humanitária do povo *Rohingya*. Destaca-se também o silêncio de Aung San Suu Kyi. Diante disso, ela foi levada à Corte Internacional de Justiça, sob acusação referente ao caso dos *Rohingyas*, mas negou e proibiu a entrada de jornalistas e observadores dos direitos humanos (SALVÁ, 2017). Apesar de tentativas da CIJ de pedir proteção ao povo *Rohingya*, o governo não tomou providências (ONU News, 2020).

Diante da perseguição, essa população passa a viver em campos de refugiados nas fronteiras, sob as condições precárias extremas. Nesses campos, a maioria são mulheres e crianças, tornando-se alvos fáceis de violência. Mesmo após fugirem de Mianmar e após terem sofrido diversos tipos de violência, quando chegam nos campos de refugiados ainda são consideradas inferiores e sofrem violências, mesmo com intensidades diferentes (PRIDDY; DOMAN; BERRY; AHMED, 2022).

Além disso, se submetem a qualquer oferta de emprego em busca de liberdade e dignidade, mas muitas vezes essas são armadilhas feitas por traficantes e contrabandistas, o que piora a situação que estão inseridas (KARIM, 2019). Elas se tornaram alvos primários de abusos de direitos humanos e exploração sexual, se intensificando a partir de 2017, quando a perseguição pelo exército aumentou (HRC, 2017). O estupro foi usado como arma de guerra para buscar a limpeza étnica contra essas mulheres (COOK, 2016; HITUSAN, 2017). A maior causa da vulnerabilidade dessas mulheres é a falta de proteção legal e o status que foi colocado sobre seu grupo étnico pelo governo de Mianmar, de que são “migrantes ilegais” e não cidadãos de Mianmar (YASMIN; AKTHER, 2020).

Em momentos de crise ou conflito, as populações mais vulneráveis correm maior risco de sofrer violência e exploração, sendo o gênero um fator de intensificação (KIRBY, 2015; ACNUR, 2021). Os atos de violência de gênero ocorrem de diversas formas, como assédio sexual, estupro, tráfico, escravidão sexual, práticas tradicionais prejudiciais, casamento forçado. Em muitos casos, é usada como estratégia durante as fases de pré-conflito, escalado de conflito e pós-conflito. O caso das mulheres *Rohingyas* é enquadrado na violência de gênero e violência

sexual como arma de guerra. Além de ser retratado pelo Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, como limpeza étnica (PRIDDY; DOMAN; BERRY; AHMED, 2022).

Analisando a questão da violência sexual, ela existe desde o surgimento da humanidade e nos conflitos armados se intensifica. Isso ocorre porque desde os primeiros conflitos, as mulheres eram usadas como um prêmio de guerra e objetificadas, pertencendo a um marido ou à família (MARQUES; ALVES, 2017). Um exemplo da objetificação é que até o período feudal, o estupro era considerado um crime contra a propriedade, já que pertenciam a algum homem. No século XVI, passou a ser considerado um crime contra a virtude. Com o tempo, passou-se a dar outras nuances para o tema (VILHENA; ZAMORA, 2004).

O estupro como arma de guerra é usado desde que existem conflitos, sendo um dos casos mais recentes as mulheres refugiadas *Rohingyas*. Um caso crítico é quando essas mulheres, além de estupradas, engravidam, sendo rejeitadas pelos maridos e pela comunidade. Isso demonstra que não só pela religião, pela condição étnico-racial, mas também pela questão da identidade de gênero que o *Tatmadaw* conseguiu atingir os *Rohingyas*: alterando o modo como eram vistas pela família e sociedade. (ALMEIDA, 2021).

Desse modo, a maioria dos casos de violação sexual durante a guerra, tem o objetivo de humilhar, ameaçar, torturar e desestabilizar o inimigo e isso afeta diretamente a família da vítima e sua vida social. A mulher objetificada é tida como pertencente à figura masculina, desse modo, é uma forma de atingir o homem e não a mulher em si, que foi violada (SHIMKO, 2010).

Para entender a objetificação das mulheres nesse caso mencionado, é preciso entender o processo histórico que o resultou. Sabe-se que Aristóteles defendeu a inferioridade da mulher diante do homem, dizendo que a mulher é um prêmio a ser conquistado, que ajudaria o homem a ter sucesso e poder. Desse modo, quando uma mulher é violada, a ofensa é para o marido, pai e a família a que pertence (VILHENA; ZAMORA, 2004). Um exemplo mais recente é que o estatuto da mulher na sociedade como um sujeito de direito não era reconhecido até o século XX na maioria dos países – também pouco se falava dos crimes cometidos contra elas (PENACHIONI, 2017). Isso demonstra que a mulher foi objetificada e propriedade de alguém e isso perdurou/perdura por muito tempo, existindo ainda resquícios na atualidade dessa situação estrutural. Além disso, fica subentendido ao comportamento das mulheres, normas de conduta, de vestimenta para que seja considerada “digna” e aquela que não segue, sofre uma violência sexual “justificada” (SOUSA, 2017).

Para além dessa questão estrutural, de desigualdade de gênero, em especial durante as guerras, soma-se o fato das mulheres *Rohingyas* pertencerem a um grupo étnico-racial reli-

CC BY NC SA

gioso. O estupro de guerra é um veículo para ódios enraizados como o racismo, preconceito de classe e xenofobia. Nesses momentos, o corpo da mulher se torna um alvo simbólico em que os preconceitos são colocados para fora (VITO; SHORT, 2009). Segundo Levenkron, sobre o caso dos estupros cometidos pelos soldados do *Tatmadaw* às mulheres *Rohingya*, "O soldado invade o corpo da mulher assim como invade o país, destrói o corpo como o seu direito à autonomia e ao controle sobre sua vida". Essa frase sintetiza o símbolo do estupro de uma mulher em momentos de guerra – uma arma, uma invasão (ALMEIDA, 2021). O estupro, dentre tantas consequências e motivações, pode ser considerado parte do processo de genocídio, ao passo que é usado como uma tentativa de eliminação da cultura e das conexões sociais de uma população (SEIFERT, 1993).

Priddy *et al*. (2022) esquematizou a violência baseada no gênero (VBG) contra as mulheres *Rohingya*, a partir de 2017 até a pandemia de COVID-2019 – considerando também o fluxo migratório de Mianmar para Bangladesh. O esquema abaixo inclui a violência no nível doméstico, a nível de Estado (pelas Forças Armadas – *Tatmadaw*) e pela maioria da população budista.

Tabela 2. Fases da Violência contra as Mulheres *Rohingya*

→→→ Fluxo tempo/espaço →→→			
Mianmar	**Em trânsito para Bangladesh (a partir de 25 de agosto de 2017)**	**Bangladesh (pré-COVID)**	**Bangladesh (durante a COVID)**
Violência baseada no gênero (VBG) no nível doméstico (patriarcado & cultura)	VBG pelo Tatmadaw	VBG no nível doméstico (patriarcado & cultura)	Elevada sensação de insegurança
VBG pelo Tatmadaw	VBG pela maioria budista	Abuso verbal ou físico por locais das comunidades Bengali	Menos comida e menos suporte financeiro e psicossocial por várias agências
VBG pela maioria local budista	VBG: Atravessadores que ajudaram de alguma forma cruzar a fronteira Mianmar-Bangladesh em troca de dinheiro ou outros objetos de valor	VBG em campos de refugiados	Os homens estão ficando mais tempo em casa em tempos de insegurança, medo e desesperança, causando aumento da VBG no nível doméstico

Fonte: Priddy *et al.* 2022,adaptado, tradução nossa.

Neste contexto, é pertinente relembrar o conceito de **interseccionalidade** como uma categoria de análise fundamental no caso das mulheres *Rohingya*. Isso ocorre devido à experiência multifacetada de opressões que enfrentam a partir das estruturas sociais, que decorrem de sua origem étnica-racial, religião, condição de migrante e, acima de tudo, de sua **identidade de gênero** – outra categoria de análise previamente abordada nesta seção.

4 CONCLUSÃO

Neste trabalho, procurou-se responder a questão: a partir da teoria social-construtivista e a perspectiva feminista das Relações Internacionais, como as mulheres *Rohingya* em Mianmar foram afetadas pela perseguição étnico-racial no país? A partir de quatro categorias de análise – identidade do povo Rohingya, violência baseada em interesses nacionalistas, identidade de gênero (enquanto mulheres) e interseccionalidade – pode-se averiguar que essas mulheres têm sido vítimas de diversas opressões e violências causadas por múltiplos agentes e estruturas. A violência baseada em **interesses nacionalistas (budistas)** é fomentada a partir da construção social da **identidade muçulmana do povo *Rohingya***. Essa situação é agravada pelas contingências associadas à *identidade de gênero* e às **estruturas e vivências interseccionais** (classe, gênero, raça, religião e condição de refúgio) das mulheres *Rohingya*.

O Construtivismo Social a a perpectiva feminista sustentam esse trabalho ao demonstrar também como as relações internacionais entre Myanmar e Bangladesh perpassam fatores domésticos construídos socialmente, sobretudo quando se discute a condição do povo *Rohingya* e, em especial, da mulher *Rohingya*. Um dos limites deste trabalho a ser explorado futuramente é sobre o papel que grandes potências, como a China, exercem na condição do povo *Rohingya* e da política doméstica de Mianmar. Ou ainda, explorando uma hipótese, sobre como o regime de opressão birmanês não prejudica a estabilidade do sistema e por isso não detém mais atenção da comunidade internacional. De qualquer forma, a condição das mulheres do povo *Rohingya* em Mianmar – considerando fatores socialmente construídos, como religião, raça, e gênero – mesmo que levados ao limite da violência pelo nacionalismo extremista mianmarense parecem não abalar o sistema internacional.

REFERÊNCIAS

ALAM, Mohammed Ashraf. **A SHORT HISTORICAL BACKGROUND OF ARAKAN**. Chittagong: Arakan Historical Society, 1999.

ALMEIDA, Nathália Santos. **Estupro como arma de guerra e os impactos institucionais em períodos pós-traumáticos**. 2021. 100 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade do Porto, Porto, 2021.

AHMED, Ambassador Akbar. **The Rohingya: Myanmar's outcasts**: millions of residents of western Myanmar have been stripped of citizenship and basic human rights. will suu kyi help?. Doha: Aljazeera, 2012. Disponível em: https://www.aljazeera.com/opinions/2012/1/30/the-Rohingya-myanmars-outcasts#:~:text=The%20Rohingya%2C%20whom%20the%20BBC,-centuries%2C%20as%20fishermen%20and%20farmers. Acesso em: 12 maio 2022.

BAYLY, Christopher; HARPER, Tim. **Forgotten Wars: The End of Britain's Asian Empire**. Portugal: Penguin Books Ltd, 2008.

BBC NEWS (Brasil). Golpe militar em Mianmar: professora viraliza ao dançar com blindados ao fundo chegando ao Parlamento. BBC News Brasil, [S. l.], p. 1-4, 3 fev. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55921470. Acesso em: 14 nov. 2022.

BBC News. In: BBC NEWS. **Rohingya crisis: Meeting Myanmar 's hardline Buddhist monks**. [S. l.], 14 set. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_uV-90VV7Fg&ab_channel=BBCNews. Acesso em: 26 jan. 2023.

BEECH, Hannah; SIMONS, Marlise. 'Kill all you see': In a first, Myanmar soldiers tell of Rohingya slaughter. **Myanmar Rohingya genocide**, NY Times, p. 1, 8 set. 2020. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/09/08/world/asia/myanmar-Rohingya-genocide.html. Acesso em: 3 nov. 2022.

BUSS, Doris. Rethinking 'rape as a weapon of war'. **Feminist Legal Studies**, SSRN, v. 17, p. 145-163, 8 abr. 2009. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1373975. Acesso em: 3 nov. 2022.

CARVALHO, Paula. Fundamentalismo budista: história e caso do grupo 969 em Mianmar. **Revista Escrita da História,** [s. l.], v. 3, ed. 5, 2016. Disponível em:https://www.escritadahistoria.com/index.php/reh/article/view/54. Acesso em: 3 nov. 2022.

CASA DE DHARDMA. O que é o Budismo Theravada. In: **Casa de Dharma**: Centro de Meditação Budista Theravada. São Paulo, 2022?. Disponível em: https://casadedharmaorg.org/quem-somos/o-que-e-o-budismo-theravada/. Acesso em: 21 mar. 2022.

COOK, Sam. The ‘woman in conflict‘ at the UN Security Council: A subject of practice. **International Affairs**, [s. l.], p. 353-372, march 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/297616384_The_‘woman-in-conflict‘_at_the_UN_Security_Council_A_subject_of_practice. Acesso em: 17 jan. 2023.

CHARNEY, Michael W.. **Uma História da Birmânia Moderna**. Londres: Cambridge University Press, 2009.

CHOWDHURY, Mohammed Ali. **The Advent of Islam in Arakan and Rohingyas**. Chittagong: Sociedade Histórica Arakan, 2006.

CUTTS, Mark. **The State of the World’s Refugees 2000 – Fifty years of humanitarian action.** Genebra: Oup Oxford, 2000.

DATA PORTAL ONU. In: **Total population by sex Myanmar** . Data Portal ONU, 2023. Disponível em: https://population.un.org/dataportal/data/indicators/49/locations/104/start/1990/end/2030/table/pivotbylocation. Acesso em: 30 jan. 2023.

DE VITO, Daniela; GILL, Aisha; SHORT, Damien. A tipificação do estupro como genocídio. **Sur. Revista internacional de direitos humanos**, Scielo Brasil, v. 6, p. 28-51, junho 2009. DOI https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000100003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sur/a/f3RLqx64JVYTLzyqtrDDdYt/?lang=pt. Acesso em: 5 out. 2022.

DINIZ, Alexandre M. A.. **Surgimento e dispersão do budismo no mundo**. Rio de Janeiro: Espaço e Cultura, Uerj, 2010.

FORSTER, Richard. **Magh Marauders, Portuguese Pirates, White Elephants and Persian Poets:Arakan and Its Bay-of-Bengal Connectivities in the Early Modern Era**. Manoa: Center For Southeast Asian Studies, University Of Hawai’I At Manoa, 2011.

FOXEUS, Niklas. The Buddha was a devoted nationalist: Buddhist nationalism, ressentiment, and defending Buddhism in Myanmar. **Religion**, [s. l.], v. 49, n. 4, p. 661–690, 2019.

GRAVERS, Mikael. **Nationalism as political paranoia in Burma**: an essay on the historical practice of power. Londres: Routledge, 1999.

GUERREIRO , Márcia. **A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010. 2012**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Universidade Nova de Lisboa, [S. l.], 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/8676. Acesso em: 1 dez. 2022.

GOMÀ, Daniel. **Socialismo y ejército: la «vía birmana al socialismo» y la consolidación del partido del programa socialista de Birmania (1962-1974)**. Cantabria: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2013.

HTUSAN, Esther. Human Rights Watch accuses Myanmar soldiers of 'systematic' sex abuse of Rohingya. **The Globe and Mail** , [S. l.], p. 1, 6 fev. 2017. Disponível em: https://www.theglobeandmail.com/news/world/myanmars-Rohingya-face-systematic-sexual-violence-from-soldiers/article33909397/. Acesso em: 1 dez. 2022.

ISLAM, Md. Shariful. Understanding the Rohingya Crisis and the Failure of Human Rights Norm in Myanmar: Possible Policy Responses. Jadavpur Journal of International Relations, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 158–178, 2019.

HUMPHREYS, Christmas. **Buddhism: An Introduction and Guide**. Toronto: Penguin, 1995.

JATI, Irawan. Comparative Study of the Roles of ASEAN and the Organization of Islamic Cooperation in Responding to the Rohingya Crisis. **IKAT: The Indonesian Journal of Southeast Asian Studies**, [s. l.], v. 1, ed. 1, p. 17-32, july 2017. DOI https://doi.org/10.22146/ikat.v1i1.27466. Disponível em: https://jurnal.ugm.ac.id/ikat/article/view/27466. Acesso em: 5 out. 2022.

KARIM, Naimul. Rohingya refugees in Bangladesh warned to be wary with human trafficking rising. **Media and telecoms** , Reuters, p. 1, 23 set. 2019. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-bangladesh-myanmar-trafficking-idUSKCN1VD0XD. Acesso em: 1 dez. 2022.

KAUFMAN, Joyce P.; WILLIAMS, Kristen. **Women and War: Gender Identity and Activism in Times of Conflict**. Virginia, EUA: Kumarian Press, 2010.

KIRBY , Paul. Ending sexual violence in conflict: the Preservating Sexual Violence Initiative and its critics. **International Affairs**, Oxford Academic, v. 91, p. 457-472, 3 maio 2015. Disponível em: https://academic.oup.com/ia/article-abstract/91/3/457/2326849?login=true. Acesso em: 1 dez. 2022.

KYRILLOS, Gabriela. Relações Internacionais e interseccionalidade: primeiras aproximações a partir de mobilizações transnacionais. **Conjuntura Austral**, [s. l.], v. 13, n. 63, p. 110–124, 2022.

KHARISHNANDA, Yogi. Evangelho de Buda. São Paulo: Pensamento, 2009.

LEIDER, Jacques P.. Arakan Studies: Challenges and Contested Issues, Mapping a Field of Historical and Cultural Research. Mianmar: Kaladan News, 2007. Disponível em: https://abrir.link/EfbDS. Acesso em: 12 maio 2022.

MARQUES, Ana Carolina; ALVES, Nádia. Crimes sexuais contra mulheres em situação de conflito. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Revistas UCB, v. 4, ed. 1, p. 324-341, 19 ago. 2017. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8209. Acesso em: 1 dez. 2022.

MARTINS, Núbia Sanches. (In)segurança das mulheres no conflito da ex-Iugoslávia: uma análise pela perspectiva da Psicologia Política e da Segurança Humana Feminista. **Revista Latino-Americana de estudos em cultura e sociedade**, CLAEC, v. 2, ed. 4, p. 318-339, 31 dez. 2016. DOI https://doi.org/10.23899/relacult.v2i4.329. Disponível em: https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/329. Acesso em: 5 out. 2022.

MILTON, Abul Hasnat et al. Trapped in Statelessness: Rohingya Refugees in Bangladesh. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [s. l.], v. 14, n. 8, p. 942, 2017.

MYANMAR: mapa político. [S. l.]: United Nations Geospatial, 2016. Mapa. Disponível em: https://www.un.org/geospatial/content/myanmar. Acesso em: 5 jul. 2022.

MYANMAR: Visão Geral. [S. l.]: United Nations Geospatial, 2020. Mapa. Disponível em: https://www.un.org/geospatial/content/myanmar-0. Acesso em: 5 jul. 2022.

NAHER, Lutfun; PARVIN, Masuma; JATRA, Mostafa Kamal. Psychosocial Impact of Rape: A Qualitative Study of Rohingya Refugees in Bangladesh. **Bangladesh Journal of Psychology,** Research Gate, p. 31-46, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353841796. Acesso em: 5 out. 2022.

NASSIF, Anne. **Estudo: Myanmar (Birmânia).** Reino Unido: Mapa Mundi Org, 2019. Disponível em: https://mapamundi.org.br/2019/estudo-myanmar-birmania/. Acesso em: 18 maio 2022.

NOBRE, Fábio. **Religião e violência em conflitos intratáveis: a radicalização do budismo em Mianmar**. Paraíba: Anais do 6º Encontro Nacional da Abri, 2017.

ONU News. **Corte Internacional de Justiça emite ordem sobre proteção de povo Rohingya**. ONU News, 2020. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2020/01/1701651. Acesso em: 04/10/2022.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

PENACHIONI, Júlia Battistuzzi. **Violência sexual em conflitos armados e em ataques generalizados ou sistemáticos: a criminalização pelo Tribunal Penal Internacional.** Repositório PUCSP: [s. n.], Fevereiro 2017. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/19843. Acesso em: 5 out. 2022.

PRIDDY, G. et al. Gender-based violence in a complex humanitarian context: Unpacking the human sufferings among stateless Rohingya women. **Ethnicities**, v. 22, n. 2, p. 215–232, 3 abr. 2022.

RELAÇÕES EXTERIORES. Independência de Myanmar – 04 de janeiro de 1948. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/independencia-de-myanmar/. Acesso em: 04/10/2022.

RIBEIRO, Erik Herejk. **A Birmânia até 1950: desafios e legado histórico**. 2012. 94 f. TCC- Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SALVÁ, Ana. A dama da decepção: um Nobel da Paz criticada por seus pares: Aung San Suu Kyi, símbolo da luta democrática em Mianmar, alvo de críticas por não defender a minoria. **El País Internacional** , [S. l.], p. 1, 14 jan. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/05/internacional/1483640044_209400.html. Acesso em: 5 out. 2022.

SAW, K. M. The 'Rohingyas', Who are They? The Origin of the Name 'Rohingya'. **Uta Gärtner & Jens Lorenz (Eds.)**. May, 1993.

SEIFERT, Ruth. War and rape: analytical approachs. **Women's International League for Peace and Freedom (WILPF),** Consortium On gender, security & human rights, 1993. Disponível em: https://genderandsecurity.org/projects-resources/research/war-and-rape-analytical-approaches. Acesso em: 17 jan. 2023.

SJOBERG, Laura; TICKNER, J. Ann. Feminist Perspectives on International Relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A (Ed.). **Handbook of International Relations**. Second Edition. London: SAGE, 2013.

SILVA, Karine de Souza. "Esse silêncio todo me atordoa": a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], v. 58, n. 229, p. 37–55, 2021.

SOARES, Marília Nunes. **Uma análise sobre os refugiados: o caso dos Rohingyas no Estado de Myanmar**. 2018. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2018.

SOUSA, R. F. D. **Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. Revista Estudos Feministas**, 2017. 25, 9-29.

SOUTH, Ashley. **Ethnic politics in Burma**: States of conflict. New York: Routledge, 2008.

SHIMKMO, K. L. **International Relations: Perspectives & Controversies**. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2010.

ULLAH, Akm Ahsan. Rohingya Refugees to Bangladesh: Historical Exclusions and Contemporary Marginalization. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 139–161, 2011.

UNHCR. Stateless Rohingya continue to struggle for survival in Myanmar. UNHCR, Sittwe, Myanmar, 25 ago. 2022. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/stories/2022/8/630780aa4/stateless-Rohingya-continue-struggle-survival-myanmar.html. Acesso em: 17 jan. 2023.

UNHCR. Statelessness Around the World. UNHCR, [s. l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.unhcr.org/statelessness-around-the-world.html?query=myanmar%20stateless. Acesso em: 17 jan. 2023.

UNITED NATIONS. Human Rights Council. Human Rights Council opens special session on the situation of human rights of the Rohingya and other minorities in Rakhine state in Myanmar. Human Rights Council , [S. l.], p. 1, 5 dez. 2017. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press-releases/2017/12/human-rights-council-opens-special-session-situation-human-rights--Rohingya. Acesso em: 1 dez. 2022.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE - OHCHR (org.). Mission report of OHCHR rapid response mission to Cox's Bazar, Bangladesh. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/CXBMissionSummaryFindingsOctober2017[1].pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

VILHENA, J., & ZAMORA, M. H. Além do ato: os transbordamentos do estupro. **Revista Rio de Janeiro**, 2004. 1(12), 115-129.

WELDON, S. L. The Structure of Intersectionality: A Comparative Politics of Gender. **Politics & Gender**, v. 2, n. 2, p. 234-248, 2006.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

YASMIN, Laikufar; AKTHER, Sayeda. The Locals and the Rohingyas: Trapped with an Uncertain Future. **Asian Journal of Comparative Politics**, Sage Journal, v. 5, ed. 2, 16 set. 2020. DOI https://doi.org/10.1177/2057891119865021. Disponível em: https://www.scirp.org/(S(351jmbntvnsjt1aadkozje))/reference/referencespapers.aspx?referenceid=2823221. Acesso em: 5 out. 2022.

ZARNI, Maung; COWLEY, Alice. The Slow-Burning Genocide of Myanmar's Rohingya. **Washington International Law Journal**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 683, 2014.

ZIN, Min. Anti-Muslim Violence in Burma: Why Now?. **Social Research: An International Quarterly,** [s. l.], v. 82, n. 2, p. 375–397, 2015.